

EDITORIAL

Iniciando as edições do ano de 2023, a Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA) traz ao público o número 1 de seu volume 26. Abrangendo diferentes áreas de conhecimento, este número dá continuidade ao alcance geográfico da revista ao publicar artigos de diferentes pesquisadores das diversas regiões brasileiras, bem como autores originários de outros países. Nesta oportunidade, são apresentados dezessete artigos, agregados em quatro grupos temáticos, além de uma tradução de artigo e duas resenhas.

O primeiro grupo reúne dois textos que trazem debates de alguns autores originários de outros países e que pesquisam a Amazônia. Em “Reterritorialización campesina, en el piedemonte amazónico, entre resistencias y re-existencias: la Sierra de la Macarena 1998-2013”, a autora Lina María Hurtado Gómez analisa a reinvenção das lutas pela terra e pelo território no piedemonte amazônico colombiano, a partir da experiência dos colonos-camponeses da Serra da Macarena (Meta), no período compreendido entre 1998 e 2013.

Philippe Plas, Vanderlúcia da Silva Ponte e Érico Silva Alves Muniz, no artigo “O rio, ator do território amazônico”, analisam como se estabelece uma relação entre as populações das ilhas e dos rios urbanos na Amazônia.

No segundo grupo temos quatro artigos, cujas temáticas giram em torno de *Política Indigenista e Setor Elétrico; Lideranças Femininas e Mineração; Política Pública de Educação e Trabalho; Defesa Agropecuária e Agricultura Familiar*.

No trabalho intitulado “Política indigenista do setor elétrico brasileiro: o papel dos antropólogos entre 1978 e 1988”, Vinicius Rosenthal se dedica a comparar três casos pioneiros de grupos de pesquisa em antropologia a serviço do setor elétrico brasileiro a partir de fins dos anos 1970, mesmo período de consolidação de cursos de pós-graduação na área.

Em seguida, Francisca Érica dos Santos Souza e Vanda Pantoja trazem o texto “Aqui somos todas Margaridas, ou quando a Vale não vale nada: um estudo sobre lideranças femininas e criminalização na Estrada de Ferro Carajás/MA”, em que buscam analisar o processo de criminalização sofrido

por lideranças femininas processadas pela empresa Vale S.A. em razão delas terem participado de protestos contra os efeitos da atividade de mineração em seus territórios, ao longo da Estrada de Ferro Carajás no estado do Maranhão.

“Relação entre o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o mercado de trabalho municipal”, de Wesley de Almeida Mendes, Marco Aurélio Marques Ferreira e Wanderson de Almeida Mendes, traz uma análise da relação do ProUni com o nível de emprego nos municípios brasileiros.

Finalizando esse grupo, temos o artigo “Desafios para constituição dos organismos estaduais de defesa agropecuária: interesse nacional ou direcionamento da classe rural hegemônica?”, de Fabiola Ewerton Kamakura Mesquita, José Sampaio de Mattos Junior, Tânia Maria Duarte Silva e Maria Cristiane Pestana Chaves Miranda, no qual os autores abordam a construção da Defesa Agropecuária no país, apresentando suas prioridades, contradições e heranças posturais repassadas às estruturas estaduais de execução dessa Política Pública e o seu impacto na construção ideológica dos órgãos estaduais.

O terceiro grupo temático reúne cinco trabalhos que apresentam temáticas referentes ao *Zoneamento Ecológico-econômico do Bioma Amazônico e Ordenamento Territorial; Expansão e territorialização de infraestruturas portuárias; Patrimônio Ambiental e Cultural e Direito brasileiro; Políticas Públicas de Turismo e Overtourism; e Turismo e Lazer na ilha do Combu.*

Antonio José de Araújo Ferreira e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, no artigo intitulado “O Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Amazônico como instrumento de ordenamento territorial no Maranhão (Brasil)”, analisam o Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Amazônico (ZEE) enquanto instrumento de ordenamento territorial no estado do Maranhão (MA).

Na sequência, temos o trabalho “Expansão e territorialização de infraestruturas portuárias no Brasil e na Amazônia Legal (1993 a 2022)”, de Jondison Cardoso Rodrigues e João Santos Nahum, que busca mapear e analisar a expansão e a territorialização de infraestruturas portuárias no Brasil e, particularmente, na Amazônia Legal, entre 1993 e 2022, bem como identificar e analisar os setores e agentes econômicos que promoveram tal territorialização na referida região.

O artigo de Raissa Nuala Feitosa, José Machado Moita Neto e Wilza Gomes Reis Lopes tem como título “Patrimônio Ambiental e Cultural na visão do Direito brasileiro” e oferece reflexões sobre questões relacionadas ao patrimônio ambiental e ao patrimônio cultural. Nesta contribuição, os autores consideram como ambos os temas têm sido abordados e correlacionados

na legislação brasileira, estabelecendo semelhanças e diferenças entre eles.

Prosseguindo, João Paulo Faria Tasso, André Riani Costa Perinotto e Mozart Fazito Rezende Filho, no trabalho “*Welcome to Brazilian Overtourism: a retomada da saturação e da irresponsabilidade em destinos turísticos brasileiros*”, apresentam narrativas concretas que demonstram a eminente necessidade de aprofundar o debate sobre o *overtourism* no Brasil e sobre as estratégias governamentais de retomada (irresponsável) do turismo (saturado) em destinos brasileiros, com vistas a contribuir com o processo de formulação de políticas públicas nacionais pautadas em pressupostos éticos, e direcionadas ao bem comum e à sustentabilidade.

Fechando esse grupo de trabalhos, temos o artigo de Thainá Guedelha Nunes e Lourdes Gonçalves Furtado, denominado “A ilha do Combu: ensaio sobre turismo e lazer em intenso crescimento”, em que as autoras trazem resultados preliminares sobre as transformações pelas quais a Área de Proteção Ambiental (APA) ilha do Combu, em Belém (PA), vem passando, em decorrência do turismo e lazer realizado naquela APA.

O quarto e último conjunto de artigos, por sua vez, traz seis contribuições com debates que giram em torno de temáticas relativas a *Estado de conservação de nascentes e território quilombola; Bacias hidrográficas e inundação; Seca e Nordeste; Diversidade vegetal e Sistemas Agrofloretais (SAFs); Índice de Transformação Antrópica e Bacia hidrográfica; e Hidrogênio verde e Transição energética.*

No texto “Avaliação do estado de conservação de nascentes: estudo de caso em um território quilombola estabelecido na bacia do rio Fagundes, Areal – RJ”, de Tainara Mendes de Andrade Soares e Wilmar Wan-De-Rey de Barros Júnior, os autores visaram mapear as principais nascentes do território quilombola Boa Esperança para a avaliação macroscópica do estado de conservação de suas águas.

Em “Análise do comportamento do riacho Bacuri por meio da curva cota-volume”, Alcenor Ferreira de Melo Junior, Marcelo dos Santos Targa, Celso de Souza Catelani e Adriana Mascarette Labinas verificam o comportamento de cota e vazão do riacho Bacuri, utilizando-se do cálculo das curvas cota-volume.

No artigo denominado “Entre sinais e incertezas: a espera pelas chuvas em 7 anos de seca no Cariri Paraibano”, Mateus Amoedo Zani apresenta os impactos que sete anos de seca tiveram na percepção da passagem do tempo climático entre sítios do semiárido paraibano, entre a seca e a estação chuvosa.

Continuando, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva e Cristiane Pimentel Victório, no texto “Floristic diversity in agroforestry systems in the

state of Rio de Janeiro” reúnem dados sobre a diversidade vegetal existente em Sistemas Agroflorestais (SAFs) no estado do Rio de Janeiro.

Já o texto “Análise multitemporal da perda de vegetação na bacia do igarapé Belmont, Porto Velho – RO”, de Lídia Bruna Teles Gonzaga e Fernanda Bay Hurtado, apresenta uma análise das modificações da vegetação e o Índice de Transformação Antrópica (ITA) na bacia do igarapé Belmont, no recorte temporal de trinta e quatro anos (1985, 1989, 1999, 2009 e 2019).

Esse grupo de textos é finalizado com o artigo “Hidrogênio verde: a fonte de energia do futuro”, de Daniela Mueller de Lara e Marc François Richter, cuja pesquisa teve por objetivo analisar o potencial de aplicação e uso do hidrogênio verde como fonte de energia ao futuro.

Este número da Revista Novos Cadernos NAEA também conta com uma tradução de artigo. Trata-se do texto “Coprodução de conhecimento com organizações da agricultura familiar: um observatório de ciência cidadã na Amazônia brasileira”, de Emilie Coudel, Stéphanie Nasuti, Beatriz Abreu Santos, Mariana Piva, Denise Valéria Lima, Danielle Wagner, Ricardo Folhes, Harley Silva, João Paulo Cortes, Valéria Fachine, Marc Piraux e Marie-Paule Bonnet. A contribuição apresenta uma pesquisa realizada de forma participativa na Amazônia brasileira, na região de Santarém (PA), com o objetivo de entender como as grandes mudanças socioambientais estão afetando os agricultores familiares na área de estudo.

Ao final do número, trazemos duas resenhas. Uma, de Thiago Costa Ferreira, sobre o livro *Global Climate Change: Resilient and Smart Agriculture*, editado pelos pesquisadores V. Venkatramanan e Shachi Shah (da Indira Gandhi National Open University, New Delhi, Índia) e Ram Prasad (da Mahatma Gandhi Central University, East Champaran, Bihar, Índia) e publicado pela Springer Nature Singapore, em língua inglesa, em 2020. A outra, elaborada por Mozart Silveira, diz respeito à obra “*Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política*”, publicada no ano de 2019 por Marcelo Lopes de Souza.

Assim, dá-se continuidade à divulgação científica de interessantes pesquisas originadas nas diversas instituições de ensino e de pesquisa da Amazônia, do Brasil e de outros países, seguindo com a proposta interdisciplinar da Revista Novos Cadernos NAEA em que os vários estudos se voltam para temas relacionados ao desenvolvimento, à sociedade, à economia, à cultura e ao meio ambiente.

Mirleide Chaar Bahia
Editora da Revista